



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE TOCANTINÓPOLIS
CURSO DE PEDAGOGIA

SANDIRA MÁYRA RESPLANDES BORGES

UMA ANÁLISE SOBRE A INTEGRAÇÃO OU INCLUSÃO DE UM ALUNO COM
DEFICIÊNCIA AUDITIVA NA ESCOLA GIRASSOL DE TEMPO INTEGRAL
DEPUTADO DARCY MARINHO

TOCANTINOPOLIS – TO

2019

SANDIRA MÁYRA RESPLANDES BORGES

**UMA ANÁLISE SOBRE A INTEGRAÇÃO OU INCLUSÃO DE UM ALUNO COM
DEFICIÊNCIA AUDITIVA NA ESCOLA GIRASSOL DE TEMPO INTEGRAL
DEPUTADO DARCY MARINHO**

Monografia apresentado à UFT - Universidade Federal do Tocantins, *Campus* Universitário de Tocantinópolis, como requisito para a obtenção de título em Pedagogia sob a orientação do Professor Dr. Nataniel da Vera – Cruz Gonçalves Araújo.

TOCANTINOPLIS – TO

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

B732a BORGES, SANDIRA MÁYRA RESPLANDES .
UMA ANÁLISE SOBRE A INTEGRAÇÃO OU INCLUSÃO DE ALUNO
COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NA ESCOLA GIRASSOL DE TEMPO
INTEGRAL DEPUTADO DARCY MARINHO . / SANDIRA MÁYRA
RESPLANDES BORGES. – Tocantinópolis, TO, 2021.

54 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus
Universitário de Tocantinópolis - Curso de Pedagogia, 2021.

Orientador: Nataniel da Vera Cruz Gonçalves Araújo

1. Educação Especial. 2. Deficiência. 3. Integração. 4. Inclusão. I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

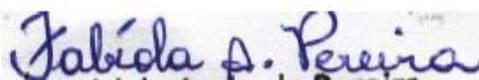
Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

SANDIRA MÁYRA RESPLANDES BORGES

**UMA ANÁLISE SOBRE A INTEGRAÇÃO OU INCLUSÃO DE ALUNO COM
DEFICIÊNCIA AUDITIVA NA ESCOLA GIRASSOL DE TEMPO INTEGRAL
DEPUTADO DARCY MARINHO**

Data de Aprovação: 20/02/2020

Banca Examinadora:



Professor(a) Orientador(a): Nataniel da Vera Cruz Gonçalves Araújo
Representante: Fabíola Andrade Pereira



Professor(a) Examinador(a): Felipe Ferreira Joaquim

Quem ensina aprende ao ensinar. E quem aprende ensina ao aprender.
Paulo Freire

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a toda minha família, em especial a minha amada mãe Maria do Socorro Resplandes Silva que sempre esteve ao meu lado me dando força e coragem, para enfrentar os momentos de dificuldades, ao meu esposo sempre presente me incentivando e apoiando e todas as minhas amigas que também me deram força e ajuda no decorrer da minha graduação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente, a Deus, pois ele é minha fortaleza em todos os momentos da minha vida. A minha família que é a razão da minha existência, em especial a minha amada mãe Maria do Socorro por está sempre junto comigo a todo o momento pela atenção, compreensão, pela força e apoio incondicional em todos os momentos me encorajando e se alegrando comigo nas minhas conquistas.

Ao meu esposo que também a todo instante esteve presente incentivando para que eu sempre seguisse em frente e a não desistir já mais e acreditando na minha capacidade.

Agradeço todos os professores do curso que de forma significativa contribuíram para minha formação e foram muito importantes na vida acadêmica em especial meu Professor Dr. Nataniel da Vera Cruz Gonçalves Araújo que me ajudou no desenvolvimento desta monografia, pela paciência e dedicação de seu tempo para finalizar este trabalho.

E a todos os meus colegas em especial as companheiras de jornada acadêmica, presente no dia a dia que estiveram direta e indiretamente me apoiando e me dando forças no decorrer da minha graduação e na concretização deste trabalho. Muito obrigada a todos, essa vitória dedico a todos vocês.

RESUMO

Este trabalho tem por finalidade apresentar um estudo do qual foi realizado na Escola Centro de Ensino Médio Girassol de Tempo Integral Deputado Darcy Marinho localizada no município de Tocantinópolis - TO, a fim de analisar a integração e inclusão de alunos com deficiência auditiva dentro da escola, para em seguida compreender se a mesma trabalha no modelo de inclusão ou integração no sistema educacional. Para tanto, foi necessário iniciar este trabalho apresentando com base em livros, artigos e revistas, o percurso pelo qual passou a história da educação especial e tendo como base contribuições de autores como Aranha (2005), Corrêa (2010), Rodrigues (2008), Mantoan (2003), Brasil (1994) dentre outros. Em seguida para embasamento da pesquisa foi realizado observações e aplicado um questionário contendo perguntas para os professores (as) que ministram aulas e também para a professora interprete de Libras que acompanha o aluno na referida instituição. Desta forma pode-se destacar o quão importante é o processo de inclusão para o aluno deficiente auditivo dentro escola auxiliando no seu processo de ensino aprendizagem e de seu desenvolvimento social.

Palavras-chave: Educação Especial. Deficiência. Integração e Inclusão

ABSTRACT

The purpose of this paper is to present a study which was carried out at Deputy Darcy Marinho Girassol High School Center, located in the city of Tocantinópolis - TO, in order to analyze the integration and inclusion of students with hearing impairment in the school, and then to understand if it works in the model of inclusion or integration in the educational system. Therefore, it was necessary to start this work by presenting, based on books, articles and magazines, the path through which the history of special education passed, based on the contributions of Aranha (2005) Corrêa (2010), Rodrigues (2008), Mantoan (2003), Brazil (1994) among others. Then for locus research, observations were made and a questionnaire was applied containing questions for teachers who teach classes and also for the interpreter teacher of Libras who accompanies the student in that institution. Thus, it is highlighted how important is the inclusion process for the hearing impaired student in school in the regular education system helping in their teaching process learning and their social development.

Keywords: Special Education. Deficiency. Integration. Inclusion

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1 Escola pesquisa GTI Girassol de Tempo Integral Deputado Darcy Marinho.....	46
Figura 2 Corredor e salas de aulas Lado esquerdo	46
Figura 3 Salas de aula lado direito.....	47
Figura 4 Quadra de esportes	47
Figura 5 Sala de laboratório de Biologia	48
Figura 6 Laboratório de Física.....	48
Figura 7 Deposito dos laboratórios.....	49
Figura 8 Sala dos professores	49
Figura 9 Cantina	50

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1 ABORDAGEM HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	10
1.1 Breve histórico da educação especial e o período de exclusão.....	10
1.2 Integração.....	12
1.3 Inclusão.....	16
2. LEGISLAÇÕES NACIONAIS / INTERNACIONAIS QUANTO A EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	21
2.1 Legislação Internacional.....	21
2.1.1 Declaração de Jomtien (1990).....	21
2.1.2 Declaração de Salamanca (1994).....	22
2.1.3 Declaração de Guatemala (1999).....	23
2.2 LEGISLAÇÃO NACIONAL.....	23
2.2.1 LDB – Lei De Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (LEI 9.394/96) CAP V.	25
2.2.2 RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001.....	25
2.2.3 Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE - Decreto Nº6.094 / 2007.....	27
2.2.4 Política Nacional de Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva - Decreto 6.571/ 2008. Incorporado pelo - Decreto Nº 7.611 – 2011.....	28
2.2.5 PNE – Plano Nacional da Educação – 2014.....	29
3 A PESQUISA DE CAMPUS E SEU LOCUS.....	30
3.1 Cenário da pesquisa.....	31
3.2 Contexto Histórico da Escola.....	31
3.3 Estrutura Física da Escola.....	34
3.4 Quadro de funcionários.....	35
3.5 Os dados da pesquisa:.....	35
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIA.....	41
ANEXOS.....	44

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa intitula-se **“Uma análise sobre integração ou inclusão de um aluno com deficiência auditiva na escola Girassol de Tempo Integral Deputado Darcy Marinho”**. Trata-se de um trabalho desenvolvido na escola acima mencionada, no município de Tocantinópolis - TO. A pesquisa enfatiza a importância da inclusão que o aluno com deficiência auditiva tem ao estar inserido dentro do sistema regular de ensino.

A inclusão de alunos portadores de deficiências ainda é um desafio para as escolas, mesmo com a evolução da prática inclusiva, existiu e existem desafios a serem superados. No tocante a inclusão a falta de professores devidamente preparados para recebê-los ainda é uma barreira.

O interesse por esta temática surgiu no decorrer da ministração da disciplina educação inclusiva no curso de pedagogia e com a realização de trabalhos voltados para questões de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais inseridos dentro do ensino regular da escola Girassol de Tempo Integral Deputado Darcy Marinho, também a existência dentro dessa escola um aluno com deficiência auditiva. Nas visitas foi feita observações de vários alunos se comunicavam com ele através da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Diante disso a problemática que levou o desenvolvimento desta pesquisa foi como se está sendo feita a integração e inclusão de alunos com deficiência auditiva dentro da referida escola? Isso no que concerne a integração ou inclusão no sistema regular de ensino, presente na LDB lei de diretrizes e bases nacionais da educação que veio fazer valer lei nº 9.394/96 aos direitos das pessoas com deficiência, sobretudo no âmbito da educação, bem como a importância desta para a aprendizagem dos alunos no seu processo educacional.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste trabalho foi inicialmente, pesquisa bibliográfica na qual foram usados livros, artigos, revistas que tiveram relação com a pesquisa. E, além disso, uma pesquisa qualitativa, pois foi necessário ir à escola campo para realização de levantamento de informações referente à unidade escolar pesquisada. Com isto considera-se que a pesquisa de campo e as observações realizadas foram primordiais para o desenvolvimento deste trabalho.

Este trabalho está dividido em seções e subseções onde são feitas algumas abordagens acerca do referencial teórico utilizado para desenvolvimento da pesquisa. Assim, no capítulo

01 buscou-se apresentar um breve histórico da educação especial no qual vai discorrer sobre o período de exclusão em que as pessoas ao nascerem, eram expostas a sociedade e totalmente abandonadas pela mesma, mostrando o quanto era difícil essa integração ou adaptação dentro de uma sociedade excludente. Levando ao período em passou a se trabalhar mais pela inclusão, onde as escolas começariam a se adaptar em todos os aspectos para receber alunos com necessidades educacionais a fim de terem seus direitos assegurados.

Já no capítulo 02 é apresentado às legislações no qual destaca as leis que amparam os alunos com necessidades educacionais especiais e discorrendo sobre a importância destas leis e as mudanças que trouxeram para o sistema educacional de ensino. No terceiro e último capítulo mostra análise da pesquisa, esta que se deu por meio de observações e análise de questionários respondidos pelos professores da unidade escolar.

Ressalta-se a importância deste estudo para a melhor compreensão da relevância de se realizar trabalhos com o aluno com deficiência auditiva nas instituições de ensino, bem como para a importância de como está sendo feito o atendimento na sala de aula e salas de recursos. É de fundamental importância a análise da integração e inclusão do aluno, pois é primordial para o seu desenvolvimento e também para os demais alunos que convivem com este, para que não haja exclusão de qualquer aluno que tenha alguma necessidade educacional especial.

1 ABORDAGEM HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

1.1 Breve histórico da educação especial e o período de exclusão

A educação especial é um tema que vem ao longo dos anos sendo bastante difundida no contexto escolar, sua história é marcada por preconceitos, no qual as pessoas com necessidades educativas especiais lutaram por direitos a cidadania dentro de uma sociedade que possui diversos fatores como cultural, social, econômico e tecnológico. Nesse sentido a educação especial segundo ARANHA (2005) a visão e compreensão que a sociedade tem sobre a deficiência foram se modificando no decorrer do tempo.

Nos primórdios da antiguidade houve pessoas com necessidades especiais e muitas eram tratadas como “anormais” ou “incapazes” ao ponto de em alguns países, ao nascer serem exterminadas, abandonadas, eliminadas, perseguidas por considerarem ser incapazes de conviver em sociedade. De acordo com Aranha (2005, p.07), no período histórico Antigo, “[...] a **pessoa diferente**, com limitações funcionais e necessidades diferenciadas, era praticamente exterminadas por meio de abandono, o que não representava um problema de natureza ética ou moral” (negrito no original).

Por muito tempo, as crianças que nasciam com necessidades especiais eram tratadas com desprezo pela própria família e afastadas do convívio social, assim durante a idade média os portadores de deficiência eram considerados possuidores de demônios por conta de determinadas religiões, pois acreditavam que nasciam de tal modo por ser castigo de Deus e a isto se relacionava ao pecado. De acordo com Corrêa (2010) conta um pouco como eram as condições em que viviam neste período.

A história da Educação Especial ou das pessoas com necessidades especiais, da Antiguidade até a Idade Média, mostra que o extermínio, a discriminação e o preconceito marcaram profundamente a vida dessas pessoas que, quando sobreviviam, não tinham alternativas senão a vida à margem da sociedade. Mesmo que isso acontecesse sob o véu do abrigo e da caridade, a exclusão era o caminho naturalmente praticado naquela época. (CORRÊA, 2010, p.16.).

Fica evidente que as pessoas que nasciam com algum tipo de deficiência quando não morriam, sofriam diversas formas de violência seja física ou psicológica, estando sempre a mercê de algum preconceito que a sociedade estabelecia. Até mesmo quando encontravam

peessoas que de alguma forma os protegiam por piedade ainda assim, de certa forma, eram hostilizadas.

Ainda de acordo com Correa (2010) podemos destacar que:

No fim da antiguidade, essa visão começa a mudar. Com o cristianismo, o deficiente passou a ter alma e assim não podia ser eliminado, abandonado ou maltratado porque isso seria inaceitável à memória cristã. Agora eles eram filhos de Deus e seres humanos como todos os outros. Durante longo tempo os deficientes viviam uma mistura de piedade e rejeição, cuidado e abandono. (CORRÊA, 2010, p.13).

Porém, com o advento do cristianismo, as pessoas com necessidades especiais, aos poucos, obtinham oportunidade de continuarem vivas, mas sofrendo discriminação e preconceitos sendo que este fato esteve presentes em todos os momentos da história. Todavia, a pessoa com deficiência mental começara a ser acolhida nas igrejas ou conventos e a depender da deficiência permaneceria na família, mas sem ser exposta a sociedade.

Segundo Rodrigues (2008), no século XIII, passa a existir a primeira instituição para pessoas com deficiência, exploradora do atendimento sistemático. Era uma colônia agrícola, na Bélgica, que indicava o tratamento com base na alimentação, exercícios e ar puro para diminuir os efeitos da deficiência.

De acordo com Corrêa (2010), no século XVI diz que surgiram dois médicos Paracelsus e Cardano que começaram a defender a ideia de que os portadores de deficiência mental eram um problema médico e que isso aconteceria por uma fatalidade hereditária, ou congênita, pois ambos não acreditavam que este tipo de pessoa poderia ser educado, ensinado ou ter qualquer tipo de instrução, e sim que deveria ter cuidados médicos e específicos para tais deficiências, devendo ser internadas em hospitais psiquiátricos que surgira na época.

No século XVII, John Locke revoluciona as doutrinas vigentes sobre a mente humana e suas funções. Ele definiu o recém-nascido e o idiota como “tabula rasa” (o comportamento como produto do ambiente, que possibilita as experiências) e via, então, a deficiência como carência de experiências. Advogava que o ensino deveria suprir essa carência. (RODRIGUES, 2008, p.12).

Isso mostra que as pessoas com deficiência ou não, nasciam sem qualquer tipo de conhecimento e a partir do momento em que passa a estar no seio familiar ou em outros locais, como por exemplo, no ambiente escolar, é que vai haver interação e experiência com outras pessoas, e assim os deficientes e os ditos “normais” teriam oportunidades de adquirir algum conhecimento.

São inúmeros os fatores que levaram indivíduos a exclusão seja ela em sociedade, em casa ou na escola, este por sua vez conforme Carvalho (2004, p.59) diz que “o aluno “aprimado” em dificuldades que a escola ainda não sabe bem como resolver, passa a ser considerado deficiente”. Conforme isto, há casos em que determinados alunos que mesmo não apresentando alguma deficiência física, mas que tenha dificuldade em aprender são rotulados injustamente pelo fato de que há escolas despreparadas para receber estes indivíduos.

Desta forma, percebe-se que a educação especial viveu por muito tempo um fardo sobre o qual as pessoas com necessidades especiais tiveram grandes períodos de exclusão e de muito sofrimento.

1.2 Integração

O princípio de integração surgiu como uma forma de cessar a exclusão social, visto que isto acontecia não só por conta de pessoas com algum tipo de deficiência, mas também por aqueles que não se enquadravam ao ideal de pessoa dita “normal” e por isso norteou por certo período de tempo os ideais da educação especial. A esse respeito, Batista e Enumo (2004) vêm dizer que:

Historicamente, a proposta de integração escolar foi elaborada em 1972, na Educação Especial, por um grupo de profissionais da Escandinávia, liderados por Wolfensberger, na forma do chamado princípio de normalização. Este princípio apregoa que todas as pessoas portadoras de deficiências têm o direito de usufruir de condições de vida o mais comum ou “normal” possível, na sociedade em que vivem. (BATISTA e ENUMO, 2004, p.101)

Desta forma, o processo de integração, também conhecido como normalização, defende que a pessoa com necessidades educacionais especiais, ao ser inserida no contexto escolar, terá suas necessidades reconhecidas e respeitadas o mais próximo possível da normalidade, mesmo porque até para os alunos ditos “normais” eles também têm suas dificuldades no processo de aprendizagem.

Para Ferreira e Guimarães (2003), o princípio de normalização foi introduzido com dois fatores, sendo que o primeiro direcionado à garantia de direitos e oportunidades, principalmente acesso a escola para os portadores de necessidades especiais, e o segundo fator no qual todas as pessoas com deficiência terem o direito de expressar seu estilo de vida próprio de sua cultura,

este por sua vez “[...] baseia-se na aceitação da pessoa com deficiência tal como ela é [...]”. (FERREIRA e GUIMARÃES, 2003, p113.)

Já no Brasil, o princípio de normalização surgira na década de 1970 gerando conflitos mas também oportunidades para novos conhecimentos e produzindo avanços nos métodos de ensino, com isto Mikkelsen apud Ribeiro (2003) destaca que:

Normalizar não significa tornar o excepcional normal, mas que a ele sejam oferecidas condições de vida idênticas às que as outras pessoas recebem. Devem ser aceitas com suas deficiências, pois é normal que toda e qualquer sociedade tenha pessoas com deficiências diversas. Ao mesmo tempo é preciso ensinar o deficiente a conviver com sua deficiência. Ensiná-lo a levar uma vida tão normal quanto possível, beneficiando-se das ofertas de serviços e das oportunidades existentes na sociedade em que vive. (MIKKELSEN apud RIBEIRO, 2003, p.43).

Para estes autores é primordial que a deficiência não seja vista como algo estranho que esteja para além do que é próprio do ser humano, é preciso que todos tenham consciência que o diferente pode ser visto como algo normal, que basta apenas que todos compreendam uns aos outros, sabendo que juntos é possível ter acesso aos serviços que a sociedade os proporciona.

Ainda de acordo com Pereira apud Ribeiro (2003, p. 43), nos Estados Unidos surgiu a teoria da mainstreaming “[...] que significa educar colocando o indivíduo na corrente da vida [...]”, o que se constituía no movimento de integração, exigindo que os estudantes com necessidades especiais se adaptassem à escola (não significava a adaptação da escola ao aluno). Na prática podia significar pôr o aluno com alguma deficiência na escola regular na expectativa de que o mesmo se adequasse. Essa corrente da vida equivale a uma metáfora na qual a escola regular é uma corrente de água ou um canal de rio que vai conduzindo ou arrastando todo tipo de aluno. Nesse contexto, é o aluno que tem que se habituar a essa corrente de águas (escola), a qual se constitui uma força cujo resultado seria o sucesso de alguns alunos que conseguissem se adaptar e o fracasso dos que não conseguiam se acomodar a essa corrente. Os alunos tidos como “normais” possuem uma capacidade maior de ajustamento a esse movimento, já os alunos com alguma necessidade educacional especial estavam expostos ao fracasso.

De acordo com Ferreira e Guimarães (2003 p. 113-114), o termo mainstreaming:

[...] significa levar os alunos o mais possível para os serviços educacionais disponíveis na corrente principal da comunidade, seja em classes regulares, durante o almoço, em matérias específicas (como Música, Artes, Educação Física), seja em atividades extracurriculares. Corresponde ao que hoje se considera integração de crianças e

jovens que conseguem acompanhar aulas comuns [...] (FERREIRA E GUIMARÃES, 2003, p. 113-114).

Como dito anteriormente, o mainstreaming remete à integração e conseqüente responsabilização do estudante com necessidade especial caso o mesmo venha a fracassar na vida escolar em razão de que, na integração não é a escola que se adapta ao aluno, mas é o aluno que tem que se adaptar a escola. Por exemplo, colocar um aluno surdo no meio de pessoas que não são surdas, e, portanto o mesmo terá de se adaptar à escola aos demais.

Ainda segundo Ferreira e Guimarães (2003), a palavra “integração” tem sido usada com diferentes interpretações na sociedade principalmente por pessoas que trabalham com indivíduos com necessidades educacionais especiais, e por isso houve a necessidade de ter uma significação mais precisa desta forma as autoras dizem que:

A integração, dessa forma, implica aceitar que indivíduos com as mais variadas deficiências aprendam através de estratégias similares, utilizando-se dos mesmos materiais pedagógicos. Essa proposta, no entanto, precisa ser discutida melhor, já que, aprioristicamente, é preciso definir a que tipo de integração está sendo feita referência e que tipo de deficiências estão sendo levadas em conta. (FERREIRA GUIMARÃES, 2003. P.111).

No contexto educacional a integração pode ter significado um avanço em relação à exclusão, mas ainda deixa a desejar na medida em que exige mais adaptação dos educandos do que das instituições. Convém ressaltar que é necessário que os alunos com necessidades educacionais especiais não apenas frequentem uma escola, mas que também aprendam, sigam e tenham acesso a todo aparato pedagógico e educativo que uma escola possui.

Aranha (2005, p.18) mostra o conceito de integração, sendo que um dos fundamentos deste conceito é que as pessoas com necessidades especiais que devem se adaptar às escolas, e conseqüentemente às exigências impostas pela sociedade, ou seja, ela é quem deve se ajustar aos ambientes que irão ingressar, e também para que se assemelhem aos demais indivíduos ditos “normais”. A este respeito Aranha diz que:

Assim, **integrar** significava **localizar no sujeito o alvo da mudança**, embora para tanto se tomasse como necessário a efetivação de mudanças na comunidade. Entende-se, então, que a comunidade tinha que se organizar para oferecer às pessoas com necessidades educacionais especiais, os serviços e os recursos de que necessitassem para viabilizar as **modificações que as tornassem o mais “normais” possível**. (ARANHA, 2005, p.18.)

Para esta autora mesmo que a comunidade se organizasse para atender as pessoas com necessidades educacionais especiais, o foco principal do sentido de integrar seria de que as

mesmas se preparassem ou até mesmo se modificassem para viver na sociedade, desenvolvendo capacidades que lhes permitissem estudar em escolas regulares, nesse modelo ao invés de a escola se adaptar ao aluno, é o aluno que tem de se adaptar as normas da escola.

Já Correa 2010 vem falar sobre a integração no sentido de que as pessoas com deficiência foram conquistando seu espaço pouco a pouco e com isso sua convivência na sociedade foi sendo mais frequente, o que levava as pessoas a ter que interagir, o que automaticamente levaria a integrar e aceitar esses indivíduos.

Segundo Lourenzo apud Corrêa (2010, p.86).

Integrar significa incorporar física e socialmente as pessoas que estão segregadas e separadas das demais. Significa torna-lo parte da sociedade, estar onde as pessoas estão viver como as pessoas vivem fazer o que as outras pessoas fazem e ter acesso aos mesmos bens e direitos que os demais.

Sendo assim, para estes autores o significado de integrar geralmente assume a conotação de inserir as pessoas com necessidades educacionais especiais nos vários ambientes dos quais ela era impedida de participar anteriormente, contudo, ao serem integradas, essas pessoas teriam que se adaptar ao ambiente para tentarem desenvolver suas potencialidades.

Este conceito de integração foi estudado por muitos autores, mas há variações na interpretação do mesmo. De acordo com o documento Secretaria de Educação Especial

Integração é um processo dinâmico de participação das pessoas num contexto relacional, legitimando sua interação nos grupos sociais. A integração implica reciprocidade. Integração escolar Processo gradual e dinâmico que pode tomar distintas formas de acordo com as necessidades e habilidades dos alunos. A integração educativa-escolar refere-se ao processo de educar ensinar, no mesmo grupo, a crianças com e sem necessidades educativas especiais, durante uma parte ou na totalidade do tempo de permanência na escola. (BRASIL, 1994, p. 18).

O que nos mostra o documento a integração tem um sentido de união entre as pessoas quer seja por aquelas que têm algum tipo de necessidade educativa especial, quer seja pelas que não tem, mas para que ambas possam conviver juntas dentro de um espaço escolar principalmente na sala de aula, terá que existir um convívio de harmonia e de troca de conhecimento entre os alunos, por isso no o documento Secretaria de Educação Especial menciona essa integração (Brasil, 1994. p.18) que só poderá existir se houver conscientização da sociedade, uma vez que em que estão inseridas no mesmo espaço escolar haverá uma troca de experiência entre ambos.

Nesse sentido é necessário que aja respeito às diferenças individuais de cada um, possibilitando a todos os alunos que se desenvolvam conforme suas capacidades e seu ritmo. Para isto é imprescindível que a escola se renove preparando-se tanto em seu espaço físico como todo o corpo docente, repassando essa nova era da inclusão para os discente, tornando-se conscientes em receber e conviver com as pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais, já que o contato dessas crianças entre si reforça atitudes positivas tais como compreensão, respeito, sensibilidade e principalmente saber conviver com as diferenças.

Apesar de a integração ser um grande avanço e abrir as portas das escolas para as pessoas com necessidades especiais, no entanto, são as mesmas que devem se adaptar à escola. O movimento de adaptação é feito pelo educando, e não pela escola.

1.3 Inclusão

A educação especial surgiu por meio de grandes lutas recorrentes dos sofrimentos e exclusões aos quais os deficientes e suas famílias viviam. A partir disso a educação inclusiva começa a ganhar força com o surgimento da declaração de Salamanca (1994) esse documento tinha e tem como objetivo chamar a atenção dos governantes sobre a atuação e a utilização de novas diretrizes para educação inclusiva, fornecendo subsídios diante da então situação da educação não inclusiva da época, para hoje mostra que reformulações políticas dentro o sistema educacional serão sempre bem vindas, contanto que seja de acordo com movimentos de inclusão social. Na apresentação do documento isso já se torna bem claro

Reconvocando as várias declarações das Nações Unidas que culminaram no documento das Nações Unidas "Regras Padrões sobre Equalização de Oportunidades para Pessoas com Deficiências", o qual demanda que os Estados assegurem que a educação de pessoas com deficiências seja parte integrante do sistema educacional. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994.p.1).

Direcionando a responsabilidade do estado para que possam investir nas escolas, garantindo melhorias nas estruturas tanto física como organizacional e assim atender com qualidade a todas as crianças sem distinções. Em seu livro Corrêa (2010.p.25) diz que os primeiros movimentos pelo atendimento aos deficientes aconteceram na Europa, depois se expandiram para os Estados Unidos, Canadá e em seguida para outros países, até mesmo o Brasil, isso até o sec. XIX, ou seja, desde muito tempo a inclusão era algo que já chamava a atenção. Assim a inclusão surge para o sistema educacional como um grande desafio, pois o

direito a educação na escola comum serve para todos e não apenas para determinado grupo de pessoas. Confirma isto no seguinte termo:

[...] as escolas devem acolher **todas as crianças**, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias lingüísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidos ou marginalizados. (BRASIL, 1987, p.17-18).

Em grande maioria nos deparamos ainda com uma sociedade preconceituosa na qual se destacam apenas determinados grupos de pessoas elitizadas com padrões do tipo: o mais bonito, o mais rico, o mais inteligente e dentre outros, padrões e conceitos arraigados que torna muitas vezes as mudanças um pouco difícil, evidenciando assim o preconceito e a exclusão.

Segundo Almeida (2012) fala sobre o paradigma da inclusão

Com o paradigma da inclusão houve uma mudança do papel do professor especializado e da função desse tipo de atendimento. Costuma-se dizer que o processo de inclusão é uma “via de mão dupla”, pois o aluno precisa se instrumentalizar para fazer parte da sociedade, mas é imprescindível que a sociedade também faça a sua parte, adaptando-se e se modificando para que esse aluno seja plenamente incluído aos processos pedagógicos. (ALMEIDA, 2012, p.24)

Ou seja, a inclusão surge para que sejam eliminadas todas as formas de exclusão, e também com o intuito de acolher e valorizar todas as pessoas independentes de suas características individuais. Já com relação aos professores que no modelo de integração atuava nas classes especiais ou nas salas de recursos, cabia a eles fazer com que os alunos alcançassem os objetivos conforme o seu desempenho e mediante avaliação clínica. Porém no paradigma da inclusão os professores devem se aperfeiçoar e se qualificar para proporcionar aos alunos um ensino de qualidade procurando exercer seu papel de maneira justa.

Para Mantoan (2003, p.23) a concepção de inclusão e as leis que regem o atendimento especializado “[...] deve estar disponível em todos os níveis de ensino, de preferência na rede regular, desde a educação infantil até a universidade. A escola comum é o ambiente mais adequado para se garantir o relacionamento dos alunos [...]”.

Desta forma, para esta autora a inclusão de fato deve atender a todos os alunos em todos os ambientes que proporcione acesso ao ensino, adotando praticas educativas adequadas às diferenças dos alunos em geral, oferecendo opções que contemplem a diversidade bem como equipamentos e recursos especializados para os estudantes com ou sem deficiência.

São inúmeras mudanças que faz com que se haja uma erradicação com relação à exclusão e necessárias lutas diárias para a conquista da qualidade da educação para todas as pessoas, de modo que se consolide a inclusão e a igualdade de oportunidade para todos os seres humanos.

Ainda segundo Mantoan (2003) o conceito de inclusão que para algumas pessoas distorcem o verdadeiro sentido do mesmo que é o de refazer a educação escolar com novos paradigmas, novas ferramentas e novas tecnologias que possam atender todos os alunos e não mais de projetar a culpa do insucesso da escola sobre os alunos julgando-os incapazes de aprender quer seja por alguma necessidade educacional especial ou não.

A inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernização e de reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas (especialmente as de nível básico), ao assumirem que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam, em grande parte, do modo como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada. (MANTOAN, 2003. p. 32)

A citação da autora acima se refere ao fato de que as escolas têm evoluído de modo considerável e com o passar do tempo não devem ser mais tradicionalistas no qual ai o professor é detentor de todo o conhecimento e o aluno apenas o receptor. As escolas da atualidade devem se reestruturar adequar-se para poder receber alunos diversificados, com ou sem alguma necessidade especial. Passando a ser sujeitos críticos e que inúmeras dificuldades enfrentadas tanto pelos professores como pelos alunos devem ser resolvidas em conjunto de modo que todos obtenham resultados satisfatórios em seus processo de aprendizagem.

Para Ropoli (2010) diz que:

A educação inclusiva concebe a escola como um espaço de todos, no qual os alunos constroem o conhecimento segundo suas capacidades, expressam suas ideias livremente, participam ativamente das tarefas de ensino e se desenvolvem como cidadãos, nas suas diferenças. [...] ninguém se conforma a padrões que identificam os alunos como especiais e normais, comuns. Todos se igualam pelas suas diferenças! [...] todos os alunos estão inseridos sem quaisquer condições pelas quais possam ser limitados em seu direito de participar ativamente do processo escolar, segundo suas capacidades, e sem que nenhuma delas possa ser motivo para uma diferenciação que os exclua das suas turmas. (ROPOLI, 2010. p.08-09).

Para esta autora a educação inclusiva veio para mostrar que a escola é um dos melhores espaços em que se possa haver de fato a construção do conhecimento e para que isto aconteça se faz necessário que seja conhecimento concebido entre todas as crianças, quer sejam elas portadores de necessidades educacionais especiais ou as ditas “normais”. Que este é o espaço

escolar onde todos possam se sentir livre para expressar suas ideias e juntos possa evoluir segundo sua capacidade.

Como já foi mencionado há muitos desafios a ser enfrentada para se atingir a educação como um direito de todos, Manton (2006) diz que “Um deles é não permitir que esse direito seja traduzido meramente como cumprimento da obrigação de matricular e manter alunos com necessidades educacionais especiais em classes comuns”, ou seja, é necessário investimentos na qualidade de ensino, nesse caso não apenas inserir o aluno conforme as leis, mas sim um reconhecimento de igualdade direito.

Faz-se necessários novos projetos escolares com ações aprimoradas das propostas pedagógicas e estes projetos colocados em prática desencadeiem a aprendizagem dos alunos. Nesses projetos deve haver atenções voltadas para as relações entre professores e alunos e valorização das diversidades. Assim levar em consideração a individualidade de aprendizado de cada aluno e suas limitações sendo informações primordiais para que estas informações sejam utilizadas para a elaboração dos planejamentos e assim garantir condições favoráveis para sua autonomia escolar.

Para Carvalho (2004) a escola inclusive deve se dar da seguinte forma:

A escola deve ser também, o espaço da alegria, onde os alunos possam conviver, desenvolvendo sentimentos sadios em relação ao “outro, a si mesmo e em relação ao conhecimento. Para tanto a prática pedagógica deve ser inclusiva, no sentido de envolver a todos e a cada um, graças ao interesse e à motivação para a aprendizagem. (CARVALHO, 2004, p.32).

Com isto percebe-se que a autora menciona uma educação inclusiva em que se deve prevalecer a relação entre as pessoas, o convívio, a busca pelo aprendizado e principalmente romper as barreiras entre a exclusão/inclusão. Carvalho (2004, p.58), fazer com que, faz alusão nesse sentido “[...] as inter-relações que se estabelecem entre quem ensina e quem aprende, pois muito ensinam os que aprendem, e muito aprendem os que ensinam!, ou seja todos aprendem juntos e ambos saem ganhando.

Aranha (2005) por sua vez mostra o paradigma da institucionalização com conventos, asilos, hospitais psiquiátricos como sendo na verdade prisões e não como sendo locais para tratar essa clientela. Assim no século XX começa a se ter avanços no tratamento destas pessoas, pois após as guerras recorrentes por conflitos militares alguns soldados ficaram mutilados, surgindo assim necessitavam de cuidados especiais, seguido também de maior empenho voltado para crianças que tinham necessidades especiais.

Convém destacar que na inclusão é a escola que se adapta ao estudante, buscando fornecer ao mesmo as condições necessárias ao seu aprendizado.

2. LEGISLAÇÕES NACIONAIS / INTERNACIONAIS QUANTO A EDUCAÇÃO ESPECIAL

Neste capítulo será direcionado a exposição de algumas leis que asseguram os direitos de pessoas com necessidades educacionais especiais e também de profissionais que atuam na área e suas qualificações específicas para atender no espaço escolar. Assim será feito primeiro abordagem sobre legislação internacional e em seguida sobre a legislação nacional em educação especial.

2.1 Legislação Internacional.

2.1.1 Declaração de Jomtien (1990)

Dentro do período de 1990, o Brasil participou de um movimento mundial no qual consistia em eventos e declarações para a implantação de normas que garantiam à inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais. Nessa Conferência Mundial sobre Educação para Todos em Jomtien, onde foi obtidos documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos.

[...] que a educação é um direito fundamental de todos, mulheres e homens, de todas as idades, no mundo inteiro; *Entendendo* que a educação pode contribuir para conquistar um mundo mais seguro, mais sadio, mais próspero e ambientalmente mais puro, que, ao mesmo tempo, favoreça o progresso social, econômico e cultural, a tolerância e a cooperação internacional; *Sabendo* que a educação, embora não seja condição suficiente, é de importância fundamental para o progresso pessoal e social [...] (ED/90/CONF/205/1).

Na declaração procura-se igualar a educação de uma forma que todos os indivíduos possam ter acesso à educação, mas que seja uma educação no qual seu sistema esteja preparado para receber um público bastante diversificado, tendo também formas pedagógicas diversificadas que atendam as particularidades de cada pessoa. Isto se confirma no artigo III (p. 04) que fala que “todas as crianças, jovens e adultos devem ter acesso à educação básica, mas também é preciso que seja universal e de qualidade, de tal modo que haja redução das desigualdades”. Ao final deste mesmo artigo fala-se sobre “as pessoas portadoras de deficiência no qual devem ter uma atenção especial no que tange seus processos de aprendizagem tendo

garantias de igualdade de acesso à educação assim como qualquer outra pessoa”. (ED/90/CONF/205/1. P. 7).

2.1.2 Declaração de Salamanca (1994)

Na sequência podemos também citar a Declaração de Salamanca (1994), a qual menciona um documento resultante da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, que aconteceu na cidade de Salamanca, na Espanha, no período de 07 a 10 de julho de 1994. A mesma tem por objetivo promover a educação para todos sem nenhuma distinção, tendo por base que todas as pessoas sejam elas crianças, adolescentes e adultos recebam uma educação independente de suas condições dentro do sistema regular de ensino.

A declaração tem por finalidade garantir que:

- toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem,
- toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas,
- sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades,
- aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades,
- escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas proveem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994.p.1).

Nos tópicos acima menciona a importância das práticas na Área das Necessidades Educativas, mostrando que todas as crianças mesmo as que têm necessidades educativas especiais devem ser inseridas nas escolas regulares, de modo que haja uma educação inclusiva e de qualidade, porém não deixando de lado as particularidades que cada indivíduo possui, mas unindo-as para que não aconteça preconceito, sabendo de fato que é um dos grandes problemas enfrentado por eles dentro do ambiente escolar, tirando-os o direito de habituar-se uma vida o mais normal possível.

Direcionando professores para que estes possam trabalhar com as diferenças de forma democrática, fazendo com que haja progresso ao desenvolvimento dos alunos. Isto se faz

necessário para que se tenha formação ao cidadão consciente do seu papel na sociedade. Ficando evidente que esta declaração é importante para que haja sucesso na educação como também a inclusão das pessoas com deficiência.

2.1.3 Declaração de Guatemala (1999)

Outra declaração relevante que visa à valorização das pessoas com deficiência é a Declaração de Guatemala ou Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência foi aprovado pelo conselho permanente na sessão realizada em 26 de maio de 1999. A mesma tem o objetivo de eliminar toda e qualquer forma de discriminação de pessoas com deficiência e reafirma que:

[...] as pessoas portadoras de deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas e que estes direitos, inclusive o direito de não ser submetidas à discriminação com base na deficiência, emanam da dignidade e da igualdade que são inerentes a todo ser humano; [...] (DECLARAÇÃO DE GUATEMALA. 1999. P.2).

Isto mostra que todas as pessoas devem ter os mesmos direitos independentes de qualquer deficiência ou não, que é necessário propiciar aos portadores de deficiência sua plena integração a sociedade, pois mesmo que alguns tenham certo tipo de limitação não significa que não esteja incapacitada de viver como qualquer outra pessoa. Haja vista que todos nós possuímos alguma limitação, porém é necessário que se busque sempre superá-las.

2.2 LEGISLAÇÃO NACIONAL

Podem-se perceber mudanças sociais quanto a aceitação do diferente a partir do século XX, pois algumas pessoas aos poucos começaram a valorizar os indivíduos deficientes e assim surgem em níveis mundiais movimentos sociais de luta contra a discriminação em amparo de uma sociedade mais inclusiva.

De acordo com documento MEC/SEESP:

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio

de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff.(PORTAL MEC. 2007.p 02).

Desta forma fica evidente que a criação de todas essas instituições é relevante para garantir direito a cidadania a todas as pessoas, redução das desigualdades sociais e promover a liberdade individual de cada criança bem como propor um ensino adequado e especializado conforme a necessidade de cada um, para que assim se tornarem cidadãos mais independentes.

Ainda segundo o documento elaborado pelo MEC/SEESP em 1973 foi criado o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) o primeiro órgão responsável pela administração da educação especial no Brasil, no qual buscou propor medidas educacionais para pessoas deficientes e com superdotação, porém neste período não houve políticas públicas que destacassem o acesso universal a educação, e sim políticas assistencialistas separadas do estado.

Para tanto com a implementação da constituição federal de 1988 que visa à democratização da educação brasileira e principalmente os direitos e deveres que cada cidadão possui o que o mesmo documento do MEC/SEESP destaca:

[...] no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208). (PORTAL MEC. 2007.p 03).

De acordo com o que foi citado, o documento mostra que qualquer cidadão tem sim o direito a educação como sendo um dos aspectos primordiais na vida do ser humano, bem como o de permanecer na escola, sobretudo a pública, na qual a mesma deverá oferecer um ensino de qualidade para todos independente de suas especificidades.

Em consequência desse anseio veio também segundo MEC/SEESP o ECA- estatuto da Criança e do Adolescente com a Lei nº 8.069/90, que no seu artigo 55 vem destacar que são os pais ou responsáveis quem devem obrigatoriamente matricular seus filhos na rede regular de ensino, essa responsabilidade dada aos tutores deixa claro que além do estado cabe em boa parte a eles procurarem o bem estar para seus filhos.

2.2.1 LDB – Lei De Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (LEI 9.394/96) CAP V.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional veio fazer valer os direitos das pessoas com deficiência, sobretudo no âmbito da educação assegurando-os nas etapas da educação básica no sistema regular de ensino. Assim sendo, destacaremos alguns de seus artigos voltados para as pessoas com necessidades educacionais especiais.

Nos artigos abaixo podemos observar:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Art. 59-A. O poder público deverá instituir cadastro nacional de alunos com altas habilidades ou superdotação matriculados na educação básica e na educação superior, a fim de fomentar a execução de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento pleno das potencialidades desse alunado;

Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo poder público.

Parágrafo único. O poder público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo. (LDB. 2017. p.39-40. revisada).

A LDB traz nesses artigos várias questões destinadas à garantia dos direitos que as pessoas com necessidades educacionais especiais necessitam, principalmente no que tange a sua inclusão, preferencialmente na rede regular de ensino, também menciona com relação aos recursos e metodologias que atenda as necessidades específicas de cada um. Além disso, faz menção a professores capacitados e com especialização adequada para este atendimento e o apoio do poder público com questões técnicas e financeiras.

2.2.2 RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001

A resolução CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001 é também outro documento que assim como a LDB traz artigos voltados para garantir os direitos dos alunos com necessidades educacionais especiais, frente à política de inclusão no sistema regular de ensino, direcionando a todos para uma inclusão de qualidade. E nesse sentido destacaremos alguns artigos importantes para nosso estudo:

Art 2º Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

Art. 3º Por *educação especial*, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica. (CNE. 2001. P.01).

Dando ênfase aos artigos citados, percebe-se o quão relevante é assegurar os direitos dessas crianças, e o quão é importante elas serem inseridas no ensino regular, destacando ainda que a escola tem uma função primordial na qualidade de ensino a ser oferecida, bem como propostas pedagógicas que englobe todos os serviços educacionais.

Ainda com os artigos da resolução CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001 destaca-se também os seguintes:

Art. 10. Os alunos que apresentem necessidades educacionais especiais e requeiram atenção individualizada nas atividades da vida autônoma e social, recursos, ajudas e apoios intensos e contínuos, bem como adaptações curriculares tão significativas que a escola comum não consiga prover, podem ser atendidos, em caráter extraordinário, em escolas especiais, públicas ou privadas, atendimento esse complementado, sempre que necessário e de maneira articulada, por serviços das áreas de Saúde, Trabalho e Assistência Social

Art. 11. Recomenda-se às escolas e aos sistemas de ensino a constituição de parcerias com instituições de ensino superior para a realização de pesquisas e estudos de caso relativos ao processo de ensino e aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais, visando ao aperfeiçoamento desse processo educativo. (CNE. 2001. P.03).

Os artigos acima mencionam outras questões importantes tais como, outros serviços de apoio que as crianças adquirem além dos já citados dentro do ambiente regular de ensino, menciona as parcerias com outras áreas como sistema de saúde e assistência social. Recomendando parcerias com as instituições de ensino superior, ou seja, formação de professores, pois a mesma os prepara para enfrentar as diversas situações do dia a dia que os docentes enfrentam na arte de educar.

Nesta perspectiva surge na educação inclusiva, a Lei nº 10.436/02, que já em seu Artigo 1 (BRASIL.2002) reconhece a Libras - Língua Brasileira de Sinais como meio de comunicação e expressão da comunidade de pessoas surdas do Brasil, no qual determina que as instituições apoiem seu uso e inclua a disciplina de libras no currículo dos cursos de formação de

professores, instrutores e tradutores/interpretes, de fonoaudiologia e magistério e a organização da educação bilíngue no ensino regular.

Também no ano de 2002 com a Portaria nº 2.678/02, o MEC aprova outro sistema de ensino – Braille que surge como meio de uso, ensino e produção que compreende sua grafia para a língua portuguesa recomendando que seja usada em todo território nacional. Já no ano de 2003 o MEC introduz mais um programa de educação inclusiva direito a diversidade, com o sentido de transformar o princípio de ensino em sistemas educacionais inclusivos no que tange a educação dos municípios brasileiros e a formação de gestores e professores que atuam nessas escolas, visando o acesso de todos á escolarização e também atendimento educacional especializado.

Em 2004, o Ministério Público Federal publica o documento “O Acesso de Estudantes com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular” para confirmar e consolidar os direitos de todos os alunos sem distinção alguma a ingressarem no ensino regular, trazendo consigo o Decreto nº 5.286/04 que regulamentou as leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00, instituindo regras e critérios para promover acesso às pessoas com deficiência.

Assim dentro do documento elaborado ressalta:

[...] em todos os estados e no Distrito Federal, são organizados centros de referência na área das altas habilidades/superdotação para o atendimento educacional especializado, para a orientação às famílias e a formação continuada dos professores, constituindo a organização da política de educação inclusiva de forma a garantir esse atendimento aos estudantes da rede pública de ensino. (PORTAL MEC. 2008. P.10).

São espaços voltados para atendimento aos alunos com altas habilidades/superdotação, para estimular a criatividade dos alunos ali matriculados, tendo também o uso de recursos didáticos e pedagógicos através de profissionais capacitados para trabalhar com público em específico, mostrando que o Brasil está cada vez mais indo em direção a inclusão, trabalhando para que haja a efetivação do ensino a esses alunos, mas que ainda há falhas por parte de todo o corpo docente em identificar alunos que possuam altas habilidades/superdotação, mostrando que ainda a falta de profissionais capacitados na área.

2.2.3 Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE - Decreto N°6.094 / 2007

É lançado através do documento MEC/SECADI (2007) o plano de desenvolvimento da educação - PDE no ano de 2007 com eixos voltados para a capacitação de professores envolvido

na área da educação especial junto à acessibilidade arquitetônicas dos prédios escolares no cap. IV - § 3o “O apoio do Ministério da Educação será orientado a partir dos seguintes eixos de ação expressos nos programas educacionais do plano plurianual da União: [...]II - formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolar; III - recursos pedagógicos; IV - infraestrutura física”.(BRASIL.2007)

Com a implementação do PNE conforme MEC/SECADI (2007. P. 5) estabelece diretrizes como “[...] Compromisso Todos pela Educação, a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação,[...]” estimulando o acesso dos alunos nas escolas públicas.

2.2.4 Política Nacional de Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva - Decreto 6.571/2008. Incorporado pelo - Decreto N° 7.611 – 2011

O documento destaca o atendimento educacional especializado – AEE, o reforço do ensino que deve ser realizado no contra turno em salas de recursos multifuncionais das escolas regulares:

Art. 1º O dever do Estado com a educação das pessoas público-alvo da educação especial será efetivado de acordo com as seguintes diretrizes: I - garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades; II - aprendizado ao longo de toda a vida; III - não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência; IV - garantia de ensino fundamental gratuito e compulsório, asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais; V - oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação;(BRASIL. 2011. p.01)

Pois o AEE tem a função de complementar ou suplementar a formação do aluno disponibilizando recursos de acessibilidade para melhorar o pleno desenvolvimento de sua aprendizagem.

Ainda segundo documento MEC/SECADI (2007) é criada a lei de N° 12.764 para a proteção dos direitos das pessoas com Transtorno do espectro Autista e ainda “[...] consolidar um conjunto de direitos, esta lei em seu artigo 7º, veda a recusa de matrícula à pessoas com qualquer tipo de deficiência e estabelece punição para o gestor escolar ou autoridade

competente que pratique esse ato discriminatório[...]”. Reafirmando assim que o país caminha para uma melhoria quanto à inclusão.

2.2.5 PNE – Plano Nacional da Educação – 2014

O plano nacional da educação é um documento que determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional dos próximos dez anos visando à qualidade da educação no Brasil, possuindo 20 metas que devem ser cumpridas, sendo que se constituir lei, em seguida destaca-se a meta de número 04 que diz respeito ao sistema educacional inclusivo no que tange as pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais.

A Meta 4 traz dois grandes objetivos em sua proposição. O primeiro diz respeito à universalização do acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (TGD) e altas habilidades ou superdotação. O segundo objetivo preconiza que o atendimento educacional 68 PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – PNE a essa população ocorra por meio da educação inclusiva, ou seja, “preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multi funcionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados”. (BRASIL.2014. p. 67-68).

A meta de número quatro a cima citada pelo plano nacional de educação destaca a importância da inclusão das pessoas especiais ao serem inseridas no sistema regular de ensino, ou seja, destacando que este público alvo deve sim ser inserido no ensino regular para que de fato não ocorra exclusão de nenhum tipo de criança ou adolescente, principalmente por destacar a faixa etária especificando a idade delas as quais são de quatro a dezessete anos.

3 A PESQUISA DE CAMPUS E SEU LOCUS

Nesse capítulo será apresentado um estudo bibliográfico, pois se fez a principio um levantamento bibliográfico, para atingir os objetivos propostos seguindo de leitura e análise das obras pesquisadas e elaboração textual. Segundo Severino (2007, p.122) “a pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores [...]”, ou seja, a pesquisa é embasada em informações contidas em livros, teses, monografias, artigo entre outros, publicados online ou impressos.

Feita essa parte, partiu-se para a pesquisa de Campo e a coleta de dados, recolhidos através de um questionário, considerados um elemento necessário para caracterizar o volume de observações que é de primordial importância para o trabalho, apresentando subsídios a essa pesquisa. É pertinente expor o que diz Gil (2008) quando nos ensina que o elemento mais importante é a coleta de dados:

Nesta fase podemos utilizar vários instrumentos de coletas de dados. Basicamente, existem dois grandes grupos de delineamentos: o grupo que se vale de informações impressas (provenientes de livros, revistas, documentos impressos ou eletrônicos), e o grupo que utiliza informações obtidas por meio de pessoas ou experimentos. No primeiro grupo destaca-se a pesquisa bibliográfica e documental. No segundo estão a pesquisa experimental, a pesquisa *ex-post-facto*, o levantamento, o estudo de campo e o estudo de caso. (GIL, 2008, p. 69).

Sobre a pesquisa de campo que foi feita na escola Girassol de Tempo Integral Deputado Darcy Marinho pelo fato de haver um aluno com necessidade educacional especial mais especificamente deficiência auditiva. A pesquisa visa ter um olhar sobre a integração e inclusão de aluno com deficiência auditiva, bem como descrever os aspectos no qual a mesma foi realizada, e também os motivos que levaram a realizar tal pesquisa.

No caso desta pesquisa, optou-se pela a análise do conteúdo das entrevistas como o método de embasamento, considerando como diz Duarte (2004) que “realizar entrevistas, sobretudo se forem semiestruturadas, abertas, de histórias de vida etc. não é tarefa banal; propiciar situações de contato, ao mesmo tempo formais e informais”, assim, perfaz uma tarefa que exige uma sensibilidade na percepção.

No tocante as técnicas e instrumentos de produção de dados buscaram-se apoio em Gil (2002) que esclarece que chamamos de “coleta de dados” a fase do método de pesquisa, cujo objetivo é obter informações da realidade. E acrescenta que “São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática”. (GIL, 2002, p. 38).

Nesta pesquisa adotou como instrumento de pesquisa o questionário que segundo Marconi e Lakatos, (2003, p. 99) é “instrumento de coleta de dados constituído por uma série de perguntas, que devem ser respondidas por escrito”. De natureza impessoal, assegura a igualdade na avaliação, pois o questionário é a forma mais utilizada para a obtenção de dados, já que possibilitar com melhor exatidão medir o que se deseja.

Para tanto foi realizado um questionário contendo 05 perguntas abertas induzindo os entrevistados a discorrer e opinar sobre as referidas questões. As perguntas estavam direcionadas ao tempo de atuação no magistério, formação e contato com alunos com necessidades educacionais especiais. A metodologia utilizada foi a aplicação de questionários no qual cada um poderia levá-lo para casa e preencher, ou dependendo do tempo disponível responder na própria escola. A entrevistada foi a professora de Libras que acompanha o aluno nas aulas.

3.1 Cenário da pesquisa

A pesquisa ocorreu na Escola Centro de Ensino Médio Girassol de Tempo Integral Darcy Marinho, esta situada na Rua Francisco da Silva Queiroz, nº426, setor Aeroporto, na cidade de Tocantinópolis. A cidade foi elevada à cidade pela lei provincial nº 2 de 28 de julho de 1858. Até 1988, Tocantinópolis pertenceu à região do antigo extremo norte de Goiás. Antes de se chamar Tocantinópolis, era denominada de Boa Vista do Padre João, em virtude do poder político e religioso de um padre católico que na região viveu da metade do século XIX à metade do XX: João de Sousa Lima. Com a população estimada [2019] 22.870 pessoas, com densidade demográfica [2010] 21,00 hab/km² (IBGE,2019).

3.2 Contexto Histórico da Escola

Segundo o PPP (Projeto Político Pedagógico) da escola essa Unidade Escolar foi construída em foi inaugurado no dia 24 de outubro de 1981 no governo de Ary Ribeiro Valadão,

como Colégio Estadual Deputado Darcy Marinho. Recebeu esse nome em homenagem a um Tocantinopolino que conseguiu com o seu trabalho durante quatro mandatos na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, sendo interrompido com seu falecimento em 15/10/1973. Tinha como desafio buscar formas para melhorar a condição de vida dos habitantes da região norte de Goiás. Por isso fez vários requerimentos junto a Assembleia Legislativa de Goiás, reivindicando a criação de Escolas e Colégios para Região e em especial para Tocantinópolis, sua cidade natal que na época dispunha de poucas escolas públicas e um só Colégio particular, impossibilitando assim o acesso da grande maioria de seu povo ao ensino secundário.

Ele defendia a necessidade de investimentos em vários setores da sociedade, mas em especial na Educação Escolar, para que crianças, jovens e adultos tivessem condições de estudar e construir conhecimentos necessários para exercerem a sua cidadania. Só após oito (8) anos do seu falecimento o seu sonho começou a se concretizar.

O Centro de Ensino Médio iniciou suas atividades escolares a partir do ano letivo de 1982, com a maioria dos servidores sem vínculo com o Estado. Iniciou oferecendo Ensino Fundamental completo, através da portaria nº 364/ 86 e o Ensino Profissionalizante Técnico em Secretariado, gradativamente 1ª, 2ª e 3ª - séries, autorizado pela portaria nº 146/ 82, da Superintendência de Assuntos Educacionais da Secretaria da Educação e Cultura do Estado de Goiás.

Em 1984, formou a 1ª turma do referido curso, sem muito sucesso, pelo fato do Colégio não oferecer suporte necessário ao curso, em 1985 foi extinto pela portaria 063/85 da referida pasta, sendo substituído pelo curso não profissionalizante. Em 1989 a escola foi legalizada e reconhecida através da Resolução nº 007/ 89 de 25 de outubro de 1989 do Conselho Estadual do Tocantins, Estado emancipado em 1º de Janeiro do ano supracitado. Neste mesmo ano, a escola foi contemplada com o Programa da TV Escola, a primeira na Regional de Tocantinópolis.

No dia 07/04/1992 através da Lei de Criação nº 383/92, cria e autoriza o funcionamento da Escola de 1º e 2º grau denominando a U. E de Colégio Estadual Deputado Darcy Marinho. Em 1993, a Escola foi ampliada com a construção de mais 03 salas de aula, para atender aos Portadores de Necessidades Especiais como: deficientes auditivos, visuais e mentais. Criou-se também através do parecer nº 100/94 de 16/12/1994, processo nº 45.225/ 94, o Curso Técnico em Enfermagem que teve início com 02 turmas no período noturno.

A escola foi ampliada na sua estrutura física com a construção de 02 salas de aula, para atender a demanda, e a partir de 1996 o Colégio recebe também autorização para funcionamento do Curso Técnico em Enfermagem pela Resolução 081/94 do CEE/TO, que veio formar 04 turmas bem sucedidas. Em 1997, passou a atender também o Curso Normal, autorizado pela Resolução 045/98 do CEE/TO com grades curriculares e Regimento Escolar padronizado pela SEDUC.

No ano de 1998, o Colégio foi conveniado ao Programa Escola Autônoma de Gestão Compartilhada da SEDUC, passando a receber recursos do Tesouro Estadual e ao mesmo tempo, a autonomia para gerir os recursos oriundos desses convênios.

O crescimento da educação não para e surge reordenamento. Com isso a escola passa a ter sua identidade formada conforme a sua clientela. O Colégio Darcy Marinho não ficou alheio a essas mudanças e conforme o decreto nº 1197 de 28 de Maio de 2001 que considerou ser necessário à unificação da clientela das unidades escolares em função do novo Plano Nacional de Educação e das Diretrizes Curriculares do Ministério da Educação, passou a chamar-se Centro de Ensino Médio Dep. Darcy Marinho, integrado ao Programa Escola Jovem.

O Ensino Fundamental foi extinto gradativamente e o Ensino Especial foi transferido em agosto de 2001 para Escola Pe. Giuliano Moretti. Neste mesmo ano foram extintos os Cursos de Enfermagem e Normal, dando prosseguimento somente ao Ensino Médio, que recebeu inúmeros benefícios do Projeto Alvorada como: Laboratório de Informática - LABIN, (construído em 2002), Livros didáticos e literários, material de expediente e de capital e capacitação para os professores que ainda não estavam habilitados em suas áreas específicas.

E em 07 de agosto de 2013, a escola atendeu o Ensino Médio Regular, após esta data, a partir de 08 de agosto de 2013 passou a ser uma escola de Tempo Integral atendendo as seguintes modalidades: Curso Técnico em Enfermagem Integrado ao Ensino Médio, Ensino Médio Regular Noturno e as turmas da EJA-Educação de Jovens e Adultos. Esta Unidade Escolar passou a se chamar Centro de Ensino Médio Girassol de Tempo Integral Deputado Darcy Marinho a partir de 26 de dezembro de 2013, aprovado pela Lei nº 2.810.

A escola atende o Curso Médio Básico de Tempo Integral (duração de três anos) e Curso Técnico em Enfermagem Integrado ao Ensino Médio, em Regime de Tempo Integral (duração de três anos). Em 2016 é implementado o Curso Técnico em Farmácia (duração de três anos),

porem em regime estendido, pois está em fase experimental e ainda não está sendo realizado de forma integral.

No ano de 2017, fomos contemplados com um novo modelo, onde aderimos ao Programa de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo integral, intitulado no Estado “**Escola Jovem em Ação**”, atendendo aos critérios do PNE- Plano Nacional de Educação e Plano Estadual de Educação exigido pelo Ministério da Educação (MEC) junto a Secretaria de Educação, Juventude e Esportes SEDUC.

A escola conta com 262 alunos, vindos dos bairros e povoados da cidade e por isto a maioria necessita do transporte escolar. São de classe social baixa, a escola oferece a modalidade de ensino integral. É uma instituição estadual, administrada e mantida pelo governo estadual e federal assim como os funcionários ali presentes.

3.3 Estrutura Física da Escola

É uma escola bem distribuída estruturalmente possuindo:

- 12 áreas livres;
- 01 Biblioteca;
- 03 cozinhas e afins;
- 01 deposito de merenda;
- 07 depósitos outros;
- 01 laboratório de química;
- 01 laboratório de física;
- 01 laboratório de informática;
- 01 laboratório de biologia e enfermagem;
- 01 laboratório de matemática;
- 11 salas de aula;
- 05 salas administrativa;
- 04 banheiros;
- 01 sala de planejamento dos professores;
- 01 sala de recursos;
- 01 quadra de esportes coberta.

3.4 Quadro de funcionários

O quadro de funcionários é composto por:

- 19 professores todos com nível superior;
- 5 merendeiras; 1 superior incompleto, 4 médio básico completo.
- 6 Auxiliar de serviços gerais; 2 com ensino fundamental incompleto, 2 com ensino fundamental completo e 2 médio básico completo.
- 3 vigia noturno; 1 médio básico completo e 2 ensino fundamental incompleto.
- 1 gestora superior completo;
- 5 coordenador pedagógico superior completo;
- 1 orientador educacional superior completo;
- 1 Coordenador de Apoio Pedagógico superior completo;
- 1 Supervisor Geral superior completo;
- 3 AAA superior completo;
- 1 CAF superior completo;
- 2 CPP superior completo;
- 1 Professor inspetor - superior completo totalizando 49 funcionários.

No que se refere ao funcionamento da escola, a mesma atende no período integral, sendo iniciada a partir das 07h30min horas e finalizada às 17h30min horas dentre esse período um intervalo para o almoço e atividades como clubes de músicas, dança, maquiagem, jogos e brincadeiras que vai de 12h00minhoras as 13h10mim horas.

3.5 Os dados da pesquisa:

Sobre os interlocutores da pesquisa, Gil (2002, p. 99), esclarece que “O sujeito de uma pesquisa pode ser definido como a pessoa, o fato ou o fenômeno sobre o qual se quer saber algo”, pois na construção de conhecimentos é relevante entender as observações de outros, para o auxílio e construção desse conhecimento.

Gil (2002, p. 43), no entanto, diz que “O elemento mais importante para a identificação de um delineamento é o procedimento adotado para a coleta de dados”. E acrescenta que “Qualquer que seja o instrumento, o primeiro passo nessa etapa consiste em selecionar indivíduos pertencentes ao grupo que se pretende estudar”, as populações devem estar

claramente situadas em torno de suas características de conteúdo de lugar e no tempo, “Seu número pode ser bastante restrito: entre 10 e 20, independentemente da quantidade de elementos que compõem a amostra a ser pesquisada”. (GIL, 2002, p. 120).

Nesta etapa da pesquisa contou-se com a participação de 4 professores, que responderam o questionário e manifestaram suas opiniões sobre o processo de acolhimento do aluno especial no ensino regular. E também um questionário para o aluno com deficiência auditiva. De posse dos questionários preenchidos foi realizado uma análise das respostas em forma de tabulação para em seguida expor a análise final.

Para garantir o anonimato das professoras, decidiu-se por nominá-las a partir das iniciais do alfabeto (A, B, C, D). Foram feitas as seguintes perguntas iniciando sobre a sua formação acadêmica? A resposta é que todos tem ensino superior, sendo A sendo em pedagogia com licenciatura em química e especialista no ensino de ciências; B-em Educação Física;C- possui Licenciatura plena em Biologia, especialização saúde pública e mestre em ciências ambientais e saúde e D- Pedagogia, especialização em Língua Brasileira de Sinais.

Já na questão 02 quanto tempo está no magistério, os professores responderam que: A- 08 anos; B- 02 anos; C- 8 anos e D-08 anos. Na questão 3 com a pergunta de quais as metodologias a escola tem ao acolhimento do aluno surdo? Obtiveram-se as seguintes respostas: o professor A- a escola tem o clube de alunos de Libras e todos os demais incluem o aluno surdo-mudo em suas atividades; B- não respondeu; C- clube de libras, eletiva

E D- a escola disponibiliza o interprete de libras além dos clubes de libras e a disciplina eletiva da qual o aluno faz parte.

Com a questão 04- Como conseguiram o interprete? E se há alunos com outras deficiências e que tenha apoio de um professor da área: as respostas foram a seguinte: A- que a escola possui auxiliares do ensino especial, que acompanham os alunos deficientes individualmente; B- não respondeu; C- respondeu que tem interprete de línguas de sinais e cuidadores para alunos com deficiência; D- os jovens protagonistas que vieram de Recife que perceberam que o aluno especial é surdo e acionaram a diretoria de ensino para a contratação da interprete sim, há outros alunos com DI que são acompanhados por auxiliares e professores do AEE.

Na 5ª questão a pergunta direciona a observação a fazer sobre esse processo de acolhimento do aluno? A- Toda unidade escolar deveria acolher e servir de fato o aluno com

sua deficiência; B-É necessário, e muito importante, pois se sentirá bem, e o processo de ensino aprendizagem será bem executado; C- Sim é muito importante esse processo de acolhimento para que a escola entenda que todos têm os mesmos direitos. Nesse caso, o direito elementar da comunicação e o quanto o aluno “surdo” é bem acolhido pela escola, participa de apresentações em sala e na comunidade. O trabalho do interprete é fundamental no processo de ensino-aprendizagem. Já D- Não respondeu.

Para o aluno assistido foi aplicado também um questionário. Por uma questão de fidelidade ao respondente foi mantida a linguagem original. Foi indagado a esse aluno quanto tempo está na escola. O mesmo respondeu que está na matriculado e frequentando a 03 anos. Depois se nas outras escolas que frequentou houve o mesmo tratamento com o que recebeu na escola atual? Foi melhor ou pior? **Resposta: “não, só eu criança cidade Açailândia, meu idade 08”.**

Em seguida foi questionado se sente plenamente apoiado pela escola nesse processo de aprendizagem? **Ele responde mais ou menos, porque eu perder muito tempo não tendo libras. Mas, eu aprender muito agora.** Foi indagado se sempre teve interprete que o acompanhasse na escola? Obtivemos a resposta: **sim Darcy marinho sempre teve minha interprete.**

E por fim se tem alguma observação a fazer sobre esse processo de acolhimento? Resposta: **“eu feliz emocionado porque inclusão acontecer Darcy marinho, muitos amigos aprenderam libras, eu aprender muito todos professores meus amigos Obrigado Deus.**

Diante desse contexto e das questões apresentadas com o objetivo de saber sobre integração e inclusão de aluno com deficiência auditiva na escola GIRASSOL DE Tempo Integral Deputado Darcy Marinho localizado no município de Tocantinópolis – TO, bem como analisar a relação do aluno com os demais colegas e com os professores conforme observações das aulas e aplicação de questionário aos professores que se dispuseram a responder cinco perguntas abertas sobre seus pontos de vista em relação a questão da inclusão, foi feita a seguir uma análise das respostas dadas aos professores (as) ao questionário proposto.

Para tanto é destacado que a pesquisa foi desenvolvida com base nos questionários apresentado aos docentes e que foram respondidos individualmente. Também as observações que foram realizadas na turma em que o aluno estava inserido e que os mesmos os professores ministravam as aulas.

É importante ressaltar que a identidade dos professores foi preservada, e por isso não foi citados seus nomes e dados pessoais. Diante das respostas dos professores da escola pesquisada, faz-se necessário a análise destas e a importância de se compreender como a integração ou inclusão vem sendo desenvolvida pela escola.

No que diz respeito ao perfil dos professores (as) que responderam o questionário, observou-se que todos possuem formação superior, alguns apresentam especializações em suas respectivas formações e todos atuam no magistério a mais de dois anos.

Sobre o questionário por eles (as) respondidos a respeito das metodologias que a escola tem para tender ao aluno surdo todos citam o clube de libras e eletiva, ou seja, projetos no qual todos os alunos se envolveram para aprender libras e a eletiva que seria uma disciplina que tem uma professora que ministra porém ela não é da grade, ou seja, não é uma disciplina “obrigatória” é apenas complementar.

A partir das respostas obtidas no questionário todos citaram o fato de a escola conseguir um interprete de libras e a importância da unidade escolar possuir acompanhantes para outros alunos com alguma deficiência, e por fim a importância do aluno surdo ser bem acolhido na escola, que de fato participa das atividades e que isto o ajuda no seu processo de ensino aprendizagem.

Por isso Mantoan vem afirmar que:

Certamente, um professor que engendra e participa da caminhada do saber “com” seus alunos consegue entender melhor as dificuldades e as possibilidades de cada um e provocar a construção do conhecimento com maior adequação.
Ensinar a turma toda reafirma a necessidade de se promover situações de aprendizagem que formem um tecido colorido de conhecimento, cujos fios expressam diferentes possibilidades de interpretação e de entendimento de um grupo de pessoas que atua cooperativamente, em uma sala de aula. (MANTOAN, 2003.p.41).

Neste sentido se pode perceber a importância que na fala da autora vem expor o quanto é importante o papel do professor para o processo de ensino e aprendizagem do aluno seja ele especial ou não, que o professor junto com os alunos, ambos irão desenvolver o aprendizado e o conhecimento, pois o convívio com todos em sala faz com que juntos consigam trabalhar as especificidades de cada um e ambos possam adquirir sucesso em seu processo de ensino. Destacando em especial que as práticas educativas nesta escola são de inclusão em razão de que a escola mudou sua prática para poder atender o aluno com deficiência visual.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desta pesquisa foi o de analisar como ocorre a integração e inclusão de aluno com deficiência auditiva na escola Girassol de Tempo Integral Deputado Darcy Marinho, no município de Tocantinópolis–TO. A pesquisa ocorreu por meio de observação em sala de aula e fora dela, e por meio dos dados coletados através do questionário composto de questões abertas aplicadas aos professores (as) de uma turma do ensino médio como sugestão para a pesquisa.

Essa investigação permitiu observar a integração e a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais e que com base no contexto de observação dentro da escola, foi compreendido que as pessoas com necessidades educacionais especiais passaram e ainda passam por períodos de exclusão, mas que no decorrer do tempo isto vem mudando e cada vez mais estas pessoas estão ganhando espaço na sociedade e garantia de seus direitos.

A elaboração deste trabalho permitiu concluir que há de fato inclusão na referida escola, e que de início coube ao aluno se inserir ao ambiente, mas que ao longo do tempo passou a existir uma boa relação do aluno com deficiência auditiva com os demais alunos, do aluno com os professores, ou seja, a escola procurou fazer com que este aluno se sentisse acolhido.

Ressalto ainda o papel fundamental da professora de Libras que o acompanha, em todo seu trajeto escolar, que fez com que esse aluno de fato pudesse se comunicar e ter um bom desempenho escolar, tornando-se participativo mantendo uma comunicação com todos os envolvidos dentro da referida escola e também fora dela.

Este estudo permitiu ver como é a relação do aluno surdo dentro do universo escolar, como ele se comunica com todos, se existiram ou existe a exclusão por parte de algumas pessoas, os avanços que ainda precisa ser feito. Nesse sentido acredito que a escola já faz um trabalho bastante inclusivo e que continue com seus projetos levando-os para a comunidade para conscientizar também a população da importância que a inclusão tem na vida de todos.

Após o término deste estudo é possível dizer que o objetivo foi atingido, permitindo que o conhecimento sobre inclusão deva ser entendida e dada a sua devida importância. Com a ressalva de que um professor especialista em libras é de suma importância,

Para o bom desenvolvimento e acompanhamento do aluno surdo, mas também que todos os docentes e discentes possam igualmente aprender para que ambos possam se comunicar e assim fique o universo escolar munido de diversas formas de conhecimento.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Salete Fábio, Projeto Escola Viva: **garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola**: necessidades educacionais especiais dos alunos. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.5 v : il. color. <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/construindo.pdf>. acesso julho de 2018.

BATISTA, Marcus Welby e ENUMO, Sônia Regina Fiorim. **Inclusão escolar e deficiência mental: análise da interação social entre companheiros**. In: Estudos de Psicologia, vol.9, num.1, jan.-abr., 2004, pp.101-111 Universidade Federal do Rio Grande do Norte Natal, Brasil.

BRASIL. MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. **PNLE - PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - LEI Nº 13.005/2014**. LINHA DE BASE. DIRETORIA DE ESTUDOS EDUCACIONAIS DIREED. <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. ACESSO outubro de 2018.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002**. Regulamento .Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso setembro de 2018.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos.

DECRETO Nº 6.094, DE 24 DE ABRIL DE 2007. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/2007/Decreto/D6094.htm. Acesso setembro de 2018.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **DECRETO Nº 7.611, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011**. http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/legislacao/2012/decreto_n_7611_17112011.pdf. acesso setembro de 2018.

BRASIL. **Secretaria de Educação Especial**. Política Nacional de Educação Especial: livro 1/MEC/SEESP- Brasília: a Secretaria, 1994. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192. Acesso março de 2018.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2004. 176p. <https://www.estantevirtual.com.br/livros/rosita-edler-carvalho/educacao-inclusiva-com-os-pingos-nos-is/1124327996>. Acesso março de 2018.

CONSELHO NACIONAL DA EDUCAÇÃO. **RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001**. (Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica). <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso agosto de 2018.

CORRÊA, Maria Ângela Monteiro. **Educação Especial**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.
https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:bC9dJ_KvHYJ:https://canal.cecierj.edu.br/recurso/4597+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso outubro de 2018.

DECLARAÇÃO DE GUATEMALA. Convenção da Organização dos Estados Americanos. Decreto N° 3.956, De 8 de outubro de 2001. <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/guatemala.pdf> acesso em 27/ago/2019.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA .Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> acesso em: 30/out/2018.

ED/90/CONF/205/1. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem Jomtien, 1990 1998. Acesso em 24/10/2018.

FERREIRA, Maria Elisa Caputo e GUIMARÃES, Marly. **Educação inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso janeiro de 2019.

GIL, Antônio Carlos, 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa**/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002. http://www.urca.br/itec/images/pdfs/modulo%20v%20-%20como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso janeiro de 2019

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasil – Brasil/ Tocantins/ Tocantinópolis. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/tocantinopolis/panorama>. Acesso janeiro de 2019.

LAKATOS. Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica 1**. Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.
http://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india/view.pdf. acesso janeiro de 2019.

LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 58 p. Conteúdo: **Leis de diretrizes e bases da educação nacional – Lei no 9.394/1996 – Lei no 4.024/1961**.
www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf. Acesso agosto de 2018.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar : o que é? por quê? como fazer?** — São Paulo : Moderna , 2003. — (Coleção cotidiano escolar).
<https://docero.com.br/doc/s0ve1.pdf>. acesso novembro de 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2003. 310 p.

https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india. Acesso janeiro de 2019.

Ministério da Educação. **PORTARIA Nº 2.678, DE 24 DE SETEMBRO DE 2002**. Portaria MEC nº 2678, de 24 de setembro de 2002. <https://www.fnnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3494-portaria-mec-n%C2%BA-2678-de-24-de-setembro-de-2002>. Acesso setembro de 2018.

PORTAL MEC. MEC/SECADI. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso setembro de 2018.

PORTAL MEC. MEC/SEESP. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela **Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: agosto de 2018.

PPP (Projeto Político Pedagógico) escola Girassol de Tempo Integral Deputado Darcy Marinho, no município de Tocantinópolis – TO. Arquivo escola Dep. Darcy Marinho.

RIBEIRO, Maria Luisa Sproiveri.. **Perspectiva da escola inclusiva**: Algumas Reflexões. In: Educação Especial: do querer ao fazer. São Paulo. Avecamp, 2003, p.43.

RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim. **Educação especial**: história, etiologia, conceitos e legislação vigente / Elisandra André Marante *In: Práticas em educação especial e inclusiva na área da deficiência mental* / Vera Lúcia Messias Fialho Capellini (org.). – Bauru : MEC/FC/SEE, 2008.

ROPOLI, Edilene Aparecida. **A educação especial na perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

ANEXOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS DE TOCANTINÓPOLIS
COLEGIADO DE PEDAGOGIA

**QUESTIONÁRIO PARA O ALUNO**

1. QUANTO TEMPO ESTÁ NA ESCOLA?

2. NAS OUTRAS ESCOLAS VOCÊ TEVE TRATAMENTO PARECIDO COM O QUE RECEBE NA ESCOLA ATUAL? SE MELHOR OU PIOR?

3. SE SENTE PLENAMENTE APOIADO PELA ESCOLA NESSE PROCESSO DE APRENDIZAGEM?

4. SEMPRE TEVE INTERPRETE QUE O ACOMPANHA NA ESCOLA?

5. TEM ALGUMA OBSERVAÇÃO A FAZER SOBRE ESSE PROCESSO DE ACOLHIMENTO?



QUESTIONÁRIO PARA OS PROFESSORES

1- QUAL SUA FORMAÇÃO?

2 - QUANTO TEMPO ESTÁ NO MAGISTERIO?

3 -QUAIS METODOLOGIAS A ESCOLA TEM AO ACOLHIMENTO DO ALUNO SURDO?

4 - COMO CONSEGUIRAM O INTERPRETE? HÁ ALUNOS COM OUTRAS DEFICIENCIA E QUE TENHA APOIO DE UM PROFESSOR DA AREA?

5. TEM ALGUMA OBSERVAÇÃO A FAZER SOBRE ESSE PROCESSO DE ACOLHIMENTO DO ALUNO?

Figura 1 Escola pesquisa GTI Girassol de Tempo Integral Deputado Darcy Marinho



Fonte: (Arquivo pessoal).

Figura 2 Corredor e salas de aulas Lado esquerdo



Fonte: (Arquivo pessoal)

Figura 3 Salas de aula lado direito



Fonte: (Arquivo pessoal).

Figura 4 Quadra de esportes



Fonte: (Arquivo pessoal).

Figura 5 Sala de laboratório de Biologia



Fonte: (Arquivo pessoal).

Figura 6 Laboratório de Física



Fonte: (Arquivo pessoal)

Figura 7 Depósito dos laboratórios.



Fonte: (Arquivo pessoal).

Figura 8 Sala dos professores



Fonte: (Arquivo pessoal).

Figura 9 Cantina



Fonte: (Arquivo pessoal).